



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Senadora acusa 2 ministros de Lula de serem cúmplices de empresário preso pela PF

A senadora Eudócia Caldas (PL) fez acusações contra o ex-governador de Alagoas Renan Filho (MDB) e o ministro dos Transportes, George Santoro, durante discurso no plenário do Senado nesta terça-feira (1/7). A parlamentar afirmou que ambos editaram normas que favoreceram empresas investigadas nas operações Cadeia de Carbono e Sem Refino, que apuram um suposto esquema bilionário de fraude tributária no setor de combustíveis.

Segundo a senadora, as investigações da Polícia Federal (PF) e da Receita Federal apontam o empresário Ricardo Magro, controlador do grupo Refit, como personagem central do esquema. Ela acusou Renan Filho (ex-ministro dos Transportes) e Santoro (atual ocupante do cargo) de terem criado condições para que a empresa se beneficiasse de regras tributárias em Alagoas.

“O ex-governador Renan Filho e o ex-secretário da Fazenda George Santoro, que é atual ministro dos Transportes, são cúmplices e sócios de Ricardo Magro”, afirmou Eudócia na tribuna.

A senadora também fez um alerta ao governo federal ao citar que Santoro foi denunciado pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) por suposto



Eudócia Caldas acusa George Santoro e Renan Filho

prejuízo de R\$ 213,2 milhões aos cofres fluminenses. A razão seria a concessão irregular de benefícios fiscais de ICMS quando comandava a Secretaria de Fazenda daquele estado.

A parlamentar sustentou que um decreto editado em 2015, durante o governo Renan Filho, alterou a sistemática tributária de Alagoas e passou a permitir que determinadas operações com derivados de petróleo utilizassem precatórios para quitar ICMS. Segundo ela, a mudança abriu espaço para que empresas ligadas à Refit deixassem de recolher tributos.

“Qual foi o interesse do ex-governador Renan Filho na adoção desse modelo de regra tributária, se ele não

proporcionava qualquer ganho financeiro ou econômico ao estado de Alagoas? A quem esse modelo efetivamente beneficiou? Certamente não era o estado de Alagoas, tampouco a população alagoana”, declarou.

Além das críticas a Renan Filho e Santoro, Eudócia voltou a atacar o senador Renan Calheiros (MDB). Ao mencionar Ricardo Magro, que é alvo das investigações e considerado foragido pela Justiça brasileira, ela disse que pretende convocá-lo ao Senado caso seja preso.

“O senhor conhece o Ricardo Magro, senador Renan Calheiros? O senhor conhece os cabeças do PCC? Essa pergunta eu lhe faço”.

Na sequência, a parlamentar também afirmou que protocolou notícia-crime contra Renan Calheiros e o governador de Alagoas, Paulo Dantas (MDB), junto ao STF, à PF e à PGR.

Ao encerrar o pronunciamento, Eudócia anunciou que apresentará um requerimento para criar a CPI do Carbono Oculto, com o objetivo de investigar os indícios de fraude tributária, lavagem de dinheiro e suposta infiltração do crime organizado no mercado de combustíveis revelados pelas operações Cadeia de Carbono e Sem Refino.

Perícia conclui que pistola de Bolsonaro apreendida em blitz estava apta para disparos

A perícia da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) concluiu que a pistola Glock apreendida durante uma blitz da Polícia Militar, registrada em nome do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), estava em condições satisfatórias de funcionamento e apta para efetuar “disparos em série”. O armamento foi localizado em 15 de junho, na posse do segundo-sargento Estácio Leite da Silva Filho, responsável pela segurança de Bolsonaro.

Segundo o relatório final do inquérito, o Instituto de Criminalística submeteu a arma aos testes de funcionamento dos mecanismos de percussão, repetição, extração e segurança. O resultado foi positivo em todos os ensaios.

“O Laudo 66191/2026-IC relata que, nos ensaios realizados com a arma em questão, para verificar o funcionamento dos seus mecanismos de percussão, repetição, extração e segurança, foram obtidos resultados satisfatórios, concluindo que a arma de fogo descrita está apta para efetuar disparos”, registra o delegado responsável pela investigação.

A arma periciada é uma pistola Glock G17 Gen4, calibre 9 mm, acompanhada de um carregador e 30 munições. O material foi apreendido após policiais militares encontrarem o armamento



Em depoimento, Jair Bolsonaro afirmou que a pistola havia apresentado problemas

no interior do veículo conduzido por Estácio durante uma blitz realizada em Taguatinga, no Distrito Federal.

POLÍCIA DIZ QUE BOLSONARO NÃO COMETEU CRIME

Em depoimento, Bolsonaro afirmou que a pistola havia apresentado uma pane e, por esse motivo, pediu que Estácio verificasse o equipamento. O ex-presidente declarou que o militar deixou sua residência levando a arma sem autorização e que só tomou conhecimento da situação após ser informado da apreensão.

No relatório final, a PCDF entendeu que Bolsonaro não cometeu crime, por considerar que a arma possuía registro válido e permanecia regularmente registrada em seu nome. Já Estácio Leite da Silva Filho foi indiciado por porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, por transportar armamento registrado em nome de terceiro, em desacordo com o Estatuto do Desarmamento.

TCU libera aporte federal de R\$ 2,6 bilhões para túnel Santos-Guarujá

O Tribunal de Contas da União (TCU) retirou a medida cautelar que impedia o repasse de recursos federais para a construção do túnel imerso entre Santos e Guarujá, em São Paulo. A decisão libera o aporte de aproximadamente R\$ 2,6 bilhões da União para a parceria público-privada (PPP), após o governo paulista e a Autoridade Portuária de Santos (APS) avançarem na estrutura de governança exigida pela Corte.

O processo, porém, permanece sob acompanhamento do TCU. O Tribunal concedeu prazo adicional

para o cumprimento integral das determinações fixadas em decisão anterior e continuará fiscalizando a aplicação dos recursos federais durante a execução da obra.

O empreendimento é considerado estratégico para a logística nacional e prevê a construção de um túnel imerso ligando os municípios de Santos e Guarujá. A União participa do projeto por meio da Autoridade Portuária de Santos, responsável por metade da contrapartida pública da PPP.

Em março deste ano, o TCU havia determinado, em



Túnel ligará Santos e Guarujá (SP)

caráter cautelar, que a APS não realizasse qualquer aporte financeiro ao projeto até que fossem estabelecidas re-

gras formais de governança para disciplinar a aplicação dos recursos federais. Na ocasião, o relator afirmou que a ausência desse instrumento criava um cenário de “insegurança jurídica” e alertou que a transferência dos recursos sem mecanismos de controle configurava “risco de dano ao erário e de perda de controle sobre a aplicação dos recursos federais”.

No voto, o ministro destacou que o papel da Corte não era definir o modelo jurídico da parceria, mas garantir a proteção do dinheiro público. “Cabe-lhe, sim, exigir que

tal instrumento exista, esteja vigente e assegure a proteção do erário federal”, registrou.

Com as manifestações apresentadas pela Autoridade Portuária de Santos, pelo Governo de São Paulo e pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), o TCU concluiu que houve evolução suficiente para retirar os efeitos da cautelar que bloqueava os repasses. Apesar disso, o processo seguirá em tramitação para verificar o cumprimento das obrigações remanescentes e acompanhar a execução da parceria.